

ARTIGO

MEInstruaAÇÃO: eventos de letramento sobre menstruação, meio ambiente e ciência em escolas do Distrito Federal

MEInstruaAÇÃO: Literacy Actions On Menstruation, Dignity, The Environment And Science In Schools In The Federal District

Maria Carmen Aires Gomes^[1]

[1] Universidade de Brasília – (maria.carmen@unb.br)

RESUMO O problema multidimensional da pobreza e dignidade menstrual em contextos brasileiros orienta a ação desenvolvida que objetivou produzir evidências e saberes identificados em discursos sobre tal realidade, a fim de gerar subsídios para proposições de ações inovadoras para o enfrentamento dos problemas desencadeados pela falta de direitos dos corpos que menstruam em práticas escolares no Distrito Federal. Por meio da etnográfica discursivo-crítica, foram realizados eventos de letramentos críticos sobre educação menstrual em escolas. Foi proposta uma prática de letramentos sobre educação menstrual emancipatória e inclusiva por meio de dois eventos articulados com as disciplinas de Humanas, Biológicas e da Terra, com o objetivo de debater sobre as relações entre pobreza menstrual, meio ambiente/saneamento, por meio de duas rodas de conversa. Atividades de letramento crítico, tendo como base ação pedagógica decolonial, refutam e problematizam as condições ontológicas-existenciais interseccionais para transformá-las. Ações pedagógicas decoloniais e críticas exigem que a comunidade escolar se repense e ressignifique a sua forma de compreender a sociedade e seus inúmeros problemas, como por exemplo o da pobreza menstrual.

PALAVRAS-CHAVE Pobreza e Dignidade Menstrual; Meio Ambiente; Meninas na Ciência; Letramentos críticos em saúde menstrual; ODS

ABSTRACT The multidimensional problem of poverty and menstrual dignity in Brazilian contexts guides the action developed, which aimed to produce evidence and knowledge identified in discourses about this reality, in order to generate subsidies for proposing innovative actions to tackle the problems caused by the lack of rights for menstruating bodies in school practices in the Federal District. Through critical discursive ethnography, critical literacy events on menstrual education were held in schools. An emancipatory and inclusive literacy practice on menstrual education was proposed through two events articulated with the disciplines of Humanities, Biology and Earth, with the aim of debating the relationship between menstrual poverty and the environment/sanitation, through two conversation circles. Critical literacy activities, based on decolonial pedagogical action, refute and problematize intersectional ontological-existential conditions in order to transform them. Decolonial and critical pedagogical actions require the school community to rethink and reframe its way of understanding society and its many problems, such as menstrual poverty.

KEYWORDS Poverty and Menstrual Dignity; Environment; Girls in Science; Critical Literacy in Health menstrual, ODS

INTRODUÇÃO

Desde 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) considera o acesso à saúde menstrual uma questão de saúde pública e de direitos humanos. A pobreza menstrual relaciona-se a 6 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - descritos na Agenda 2030 da ONU: SDG 1- Erradicação da pobreza; SDG 3 - Saúde e Bem-estar; SDG 4: Educação de qualidade; SDG 5: Igualdade de gênero, SDG 10: Redução das desigualdades; SDG 13: Ação contra a mudança global do clima. Pobreza menstrual é “um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional,” vivenciado por meninas e mulheres cis, transhomens e pessoas não binárias, “devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação.” (UNFPA/UNICEF, 2021, p.5)

O projeto MeInstrução: *Pobreza e Dignidade menstrual, meio ambiente e ciência: enredando o Caleidoscópio em escola de ensino médio no Brasil* fez parte do Programa Meninas e Mulheres na Ciência, proposto pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, para ser desenvolvido no período de julho a dezembro de 2023. Vincula-se também a três projetos, em andamento: (i) INCT Caleidoscópio – Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências, CNPq 406771/2022-7, sediado na UnB; (ii) Projeto Rede de Pesquisa em Discurso e Gênero: cartografia para integração Brasil e América Latina - Projeto 409194/2021-2, CNPq, e também o estudo: Os discursos sobre a pobreza menstrual no Brasil e na América Latina. Os objetivos do MeInstrução são: (i) articular pesquisas em discurso/letramento, estudos de gênero, educação e saúde, políticas públicas críticas, por meio da formação de rede de pesquisa transdisciplinar decolonial e crítica; (ii) identificar e analisar os discursos, por meio de narrativas sobre as experiências e vivências de pessoas que menstruam em práticas socioescolares e (iii) produzir eventos de letramento em saúde menstrual em escolas da rede pública (Gomes *et al.* 2024). A proposta tem consonância com a Agenda 2030 (ODS), com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI - e com a área estratégica Desenvolvimento Sustentável e para Qualidade de Vida (CNPq). A proposta alinha-se também aos dispositivos legais brasileiros: (ECA; BRASIL, 1990), (LDB; BRASIL, 1996), (PNEDH), (PNDH-3; BRASIL, 2009) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

A pobreza menstrual é um fenômeno complexo e transdisciplinar porque atravessa dimensões ligadas ao meio ambiente, à saúde reprodutiva, ao acesso e permanência em escolas, a infraestrutura e à economia/taxação de produtos. A ausência de banheiros seguros, saneamento básico, coleta de lixo, a falta de conhecimento sobre a saúde reprodutiva, além do tabu e estigmas sobre saúde menstrual, além do desconhecimento sobre o corpo são dimensões que criam e reforçam obstáculos à dignidade de pessoas que menstruam. O acesso à dignidade menstrual perpassa pela lente interseccional, pois está enraizado nas histórias intergeracionais de desigualdades de gênero,

etnia, raça, geopolítica e classe social, colocando em relevo o gênero junto a outras dimensões identitárias. A saúde de pessoas que menstruam (meninas e mulheres cisgênero, transhomens e pessoas não binárias) frequentemente apresenta mais obstáculos, quando essas pessoas fazem parte de comunidades marginalizadas (Gomes, 2023a; 2023b). Trata-se de um fenômeno multi-dimensional de saúde pública e coletiva com faceta discursivo-semiótica que diz respeito às famílias, às escolas, às unidades de saúde e à sociedade como um todo. O relatório *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos* (2021) demonstra que “negligenciamos as condições mínimas para a garantia da dignidade da pessoa humana, ignorando as necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade, as meninas e mulheres” (UNFPA/UNICEF, 2021, p. 26), e destaca as dimensões estruturais e econômicas que constituem e reverberam tal problema:

(i) falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual tais como absorventes descartáveis, absorventes de tecido reutilizáveis, coletores menstruais descartáveis ou reutilizáveis, calcinhas menstruais etc., além de papel higiênico e sabonete, entre outros; (ii) falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ ou carência de serviços médicos; (iii) insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais; (iv) questões econômicas como, por exemplo, a tributação sobre os produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde. (UNFPA e UNICEF, 2021, p. 11).

Em um diagnóstico da situação do Brasil, apurou-se que de 1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, no país, não têm acesso a sequer papel higiênico nos banheiros de suas escolas, e 31,32% estudam em escolas sem esgotamento sanitário. Há atraso na Educação sobre saúde menstrual, que normalmente ocorre nos últimos anos do Ensino Fundamental, quando a maioria das/das estudantes já menstruou pela primeira vez. Os programas de saúde também pouco focam no atendimento e tratamento de sintomas pré-menstruais que afetam a permanência das/das estudantes nas escolas. A falta de infraestrutura nas escolas gera também problemas emocionais como desconforto, insegurança e estresse, “já que elas/eles [as meninas, homens trans] temem vazamentos, dormem mal, perdem atividades de lazer, deixam de realizar atividades físicas; sofrem ainda com a diminuição da concentração e da produtividade” (UNFPA e UNICEF, 2021, p. 11-12), o que resulta em altas taxas de exclusão escolar. Estima-se que menos da metade de todas as escolas e locais públicos do mundo tem banheiros em condições de uso. Quase 5% das meninas vivem sem acesso a nenhum banheiro (com chuveiro e sanitário) e acabam tendo de recorrer a buracos para dejeções, cercados por qualquer tipo de material (UNFPA/UNICEF, 2021). No Relatório UNFPA/UNICEF, os dados mostram que a chance de uma pessoa negra que menstrua morar em um domicílio que não tem banheiro é três vezes maior do que a de uma pessoa branca; e que o percentual de menstruantes da região Norte sem acesso ao banheiro em suas escolas chega a

quase 8,4%; além disso a chance relativa de uma pessoa da área rural não ter banheiro em casa é 15 vezes maior do que para uma pessoa da área urbana. A falta de acesso a produtos de higiene menstrual não atinge apenas pessoas que estão em situação de extrema pobreza, mas também jovens de 10 a 19 anos que não têm poder de decisão sobre as compras realizadas com orçamento de sua casa, principalmente em casos de insegurança alimentar (UNFPA/UNICEF, 2021). Trata-se, portanto, de um problema complexo que apresenta também desafios complexos, já que os corpos menstruantes não são só distintos no que se refere à identidade de gênero, mas também às diferentes condições socioeconômicas. Tal situação gera soluções e resoluções distintas, uma vez que necessidades e contextos distintos exigem manejos e resoluções muito diferentes, a exemplo da promoção, nos ambientes escolares, de letramento em saúde menstrual adequado. Por isso, desenvolver ações de letramento em saúde menstrual de forma a combater a estigmatização e o preconceito são urgentes, principalmente em escolas.

METODOLOGIA

A proposta é multimetodológica e transdisciplinar decolonial uma vez que a pobreza menstrual é um problema social com faceta semiótica multidimensional. Usamos nesta ação a abordagem transdisciplinar decolonial que pressupõe uma epistemologia ética e política, e objetiva:

“apropriarse críticamente del uso de múltiples disciplinas y métodos, sobre todo en las humanidades y ciencias sociales, y a construir nuevas categorías metodológicas, formas discursivas, prácticas pedagógicas y políticas y espacios institucionales que buscan expandir un movimiento de emancipación, liberación, y descolonización del poder, del ser y del saber.” (Maldonado-Torres, 2016, p.3).

Foi usado o método Etnográfico Discursivo-Crítico associado aos estudos de Letramentos (Magalhães *et al*, 2022; Kalantzis, Cope, Pinheiro, 2020), a partir da Pedagogia Crítica de Projetos, com ações decoloniais críticas, como proposto por Walsh (2013, p. 29), partindo da “*identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbar la situación actual y hacer posible otra cosa*”. O trabalho de orientação decolonial desafia e coloca em xeque as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade que mantêm relações de poder sustentadas no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. No planejamento dos eventos de letramento crítico em saúde, organizados pedagogicamente em sequências didáticas, aplicamos ferramentas analíticas dos estudos críticos do discurso (ECD) para identificar e analisar de que modo as explicações e qualificações relatadas nas pudessem

(re-des)articular representações discursivas colonialistas, racistas e capitalistas sobre saúde menstrual.

Como instrumentos metodológicos previstos nas sequências didáticas que organizaram os eventos de letramento, usamos a roda de conversa, que, para Afonso e Abade (2008) e Figueiredo e Queiroz (2013), caracterizam-se como um instrumento participativo que favorece a construção de uma prática dialógica e possibilita o exercício do pensar compartilhado em torno de uma temática. Segundo os autores, a roda de conversa prioriza debates a partir das vivências e experiências relatadas pelas/os participantes, buscando compreendê-las por meio da partilha de conhecimentos situados. Assim, nas rodas de conversa que planejamos, esperamos que os estudantes se expressem sem vergonha e sem medo, que se sintam seguros/as/es para que, de fato, os conhecimentos construídos sejam efetivos para que tenham uma vida mais digna, justa e segura em relação à saúde menstrual e todas as suas complexas dimensões. As sequências didáticas são planejadas para ensinar conteúdos e organizadas, de acordo com os objetivos, situando as atividades, a partir da organização dos conteúdos etapa por etapa. Tal instrumento pedagógico permite desenvolver o conhecimento pedagógico do conteúdo de forma reflexiva, compartilhada, coletiva e colaborativa. Nosso objetivo, nas ações desenvolvidas, foi criar provocações para que os/as/es estudantes refletissem e problematizassem sobre a pobreza menstrual e suas múltiplas dimensões, de modo que eles/elas se sentissem desafiados/as/es a usar os seus conhecimentos e experiências na tentativa de explicar criticamente sobre o assunto em tela.

AÇÃO EM DESENVOLVIMENTO: PROBLEMATIZANDO OS SABERES SOBRE A SAÚDE MENSTRUAL

MeInstrução iniciou suas atividades apenas no final de agosto, com a implementação das bolsas de estudantes e planejamento das ações do próprio Programa Meninas e Mulheres na Ciência, DEX/UnB, 2023. Em setembro, foram desenvolvidas algumas atividades iniciais importantes, conforme previsto no cronograma. Foram realizadas 3 reuniões de equipe com as coordenadoras dos projetos que compõem o Programa Meninas e Mulheres na Ciência, do qual este projeto participou. Foram realizadas, virtualmente no grupo do projeto no WhatsApp, 2 reuniões com a coordenadora executiva da ação no Instituto Federal de Brasília, profa. Paula Dutra e a Coordenadora Pedagógica do projeto, profa. Carolina Gonzales sobre as atividades a serem desenvolvidas na escola.

O projeto inicia-se, efetivamente, com um evento de letramento: uma roda de conversa entre a coordenadora e as bolsistas do projeto a partir de temas importantes sobre a pobreza e a dignidade menstruais. A conversa se fez com base nos seguintes documentos produzidos pelo UNFPA/ UNICEF: o relatório Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos (2021) e

o documento Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual (2023). Na roda de conversa, relacionamos os documentos com as vivências e experiências menstruais das participantes. Iniciamos nossa conversa explicando quem eu era (Maria Carmen Gomes) e porque estava interessada em escutar as experiências delas sobre a menstruação, que ouviria as suas experiências e depois relataria as minhas. Nas narrativas sobre a primeira menstruação, as bolsistas ressaltaram discursos sobre o tabu em torno da menstruação. O campo da saúde menstrual é atravessado por preconceitos e violências, além da negação de direitos básicos de saúde, e isso foi verificado nas nossas narrativas. Algumas estudantes disseram que nunca faltaram absorventes em suas casas, que até conhecem meninas que deixam de ir à escola porque estão menstruadas e não têm dinheiro para comprar insumos menstruais, mas que, com elas, isso nunca aconteceu. Isso nos mostra o atravessamento de classe na saúde menstrual. Nos relatos, também ficou evidente que a primeira menstruação e a saúde menstrual foram explicadas pela mãe após elas nos informarem: “que tinha descido”. Relataram sobre o susto, ao ver o sangue na calcinha, pois achavam que tinham se machucado. Revelaram despreparo e desconhecimento sobre o ciclo menstrual e sobre o próprio corpo.

Estudos apontam que geralmente acolhimento, apoio e informações sobre a menarca são atribuídos às mães, amigas, assim como ocorreu com as vivências das bolsistas. Mães, outras mulheres da família e amigas são as principais fontes de informação das adolescentes sobre o assunto. No entanto, a informação transmitida, muitas vezes, é falha e vem carregada de conotações negativas, vinculando, na maioria das vezes, a menstruação à questão reprodutiva. Sobre uso de tecnologia menstruais, duas relataram que usam absorventes, e uma, coletor menstrual. Discussão necessária porque parte da população não pode usar coletores como tecnologia menstrual porque este exige esterilização, ou seja, acesso à água para fazer a limpeza correta. Foi ressaltado também o problema em relação ao uso de coletores por pessoas que menstruam em situação de cárcere. Essa roda de conversa com as bolsistas foi importante para que nós pudéssemos refletir sobre as nossas experiências e vivências sobre a temática e a necessidade de compreendermos que a dignidade menstrual só poderá ser alcançada, se considerarmos o viés interseccional como base para a elaboração de nossas ações de letramentos. Nas seções seguintes, relataremos nossas experiências em duas ações de letramento: (i) evento de letramento na SEMUNI/UnB, e (ii) ações de letramento em saúde no IFB- campus Plano Piloto.

Evento de letramento na SEMUNI/UnB

Em setembro de 2023, no dia 28, na SEMUNI, participamos - eu (Maria Carmen) e as bolsistas (Ana Claudia e Mayra), da Ação de extensão das professoras Valéria Mendonça e Maria Fátima Souza, na Faculdade de Saúde, que também atuam no Programa Meninas e Mulheres na Ciência, com a atividade Educação em Saúde Menstrual, tendo como público meninas das escolas do

Paranoá. Nesta ação, pudemos discutir, com as 18 alunas, as várias dimensões que atravessam a saúde menstrual, do uso das tecnologias menstruais, o seu descarte no meio ambiente até as questões culturais em torno do tema - tabu e estigma. 18 estudantes, que quiseram contar suas experiências e vivências com a menstruação, (muitas não se sentiram à vontade), relataram que, ao comentarem com suas mães sobre o início do ciclo, passaram por constrangimentos familiares: as mães compartilharam a informação com outras pessoas da família. Muitas tiveram sua primeira menstruação no espaço escolar e se sentiram não só constrangidas, mas também vulneráveis devido à falta de infraestrutura das escolas: desde acesso a absorventes até banheiros. De todos os temas apresentados e conversados, o que mais chamou atenção das estudantes foi a variedade de tecnologias menstruais disponíveis, hoje em dia. O que gerou tal curiosidade foi o relato feito por algumas bolsistas do Programa, que ressaltaram os benefícios de usar, por exemplo, coletores menstruais e calcinhas reutilizáveis, pensando não só no conforto, segurança, praticidade, mas também no meio ambiente. Isso nos mostrou que, nas ações que faríamos no IFB, seria de suma importância levar os variados tipos de tecnologias para que as/es/os estudantes compreendessem a composição, a estrutura, o tamanho dos objetos: absorventes descartáveis internos e externos, absorventes, calcinhas e cuecas boxer reutilizáveis, coletores e discos.

Foi uma experiência interessante porque pudemos observar como as questões sobre menstruação são ainda pouco informativas. Houve inclusive dúvidas em relação ao uso de absorvente interno e a virgindade; neste momento pudemos explicar que isso se tratava de um mito. Essas narrativas se alinham à pesquisa de Menegotto (2022), que analisou experiências menstruais de meninas e adolescentes da periferia de Porto Alegre. Também reforçam o mapeamento realizado por Chandra-Mouli e Patel (2020) sobre as crenças e as práticas em torno da menarca, da rotina menstrual e da saúde menstrual entre meninas adolescentes em países de baixa e média renda. As duas pesquisas confirmaram a falta de conhecimento e informações equivocadas sobre a menstruação, assim como as pesquisas de Vásquez (2022).

Eventos de letramento no Instituto Federal de Brasília: relação entre ciência, meio ambiente e saúde menstrual

No dia 27 de setembro de 2023, a coordenadora Maria Carmen foi ao IFB-Plano Piloto para não só conhecer o espaço onde a ação seria realizada, mas também replanejar o cronograma de execução, assim como as atividades com a coordenadora pedagógica: Paula Dutra, que relatou ser a escola modelo de projeto de sustentabilidade: Lixo Zero, o que, para nós, era muito importante já que uma das metas da nossa proposta era problematizar com os/as estudantes o descarte das tecnologias menstruais não-reutilizáveis no meio ambiente. Durante a nossa conversa, a Paula informou que a escola estava discutindo sobre a implementação de banheiros universais (ou sem gênero), e ressaltou a necessidade de tal implantação uma vez que estudantes trans, principalmente, aqueles

que menstruam, necessitam de ter acesso, sem constrangimentos e violências, a banheiros para que possam ter um ciclo menstrual digno. São vários os relatos de estudantes trans homens que se sentem constrangidos, e até mesmo violentados, com ataques transfóbicos, ao tentarem usar os banheiros condizentes com sua identidade, reforçando neles a disforia de gênero. Foi decidido então que realizaríamos nossas atividades na turma de informática da primeira série, do ensino médio, o que foi bastante interessante porque havia mais meninos do que meninas, e pudemos desenvolver trabalho de conscientização com os meninos, colocando em xeque que menstruação é exclusivamente de corpos femininos.

Dessa forma, foi decidido que no dia 20 de outubro realizaríamos a seguinte atividade: **Roda de Leitura e conversa 1** sobre o Relatório *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos* (2021), produzido pela UNFPA/UNICEF e também o Documento com as Recomendações (2023), no IFB – Plano Piloto, na turma Informática Médio – Primeiro ano. Projetar a animação do Projeto Menstruação, série de 7 vídeos narrados, produzido pela Escola de Enfermagem da USP, Ribeirão Preto, considerando os dados do Relatório e das Recomendações, para posterior debate com os/as/es estudantes. Tempo de duração: 2 horas. Foi proposta a sequência didática, constituída de 4 etapas, assim desenvolvidas: Etapa 1: apresentação do projeto, contextualização breve do tema - pobreza e dignidade menstrual; Etapa 2: elaboração de uma nuvem de palavras, usando a ferramenta Mentimeter, a partir da pergunta: **“o que vem à cabeça de vocês quando o assunto é menstruação e pobreza menstrual”**, seguida de atividade em pequenos grupos, para debate sobre as palavras destacadas na nuvem; Etapa 3: projeção de 5 vídeos curtos produzidos pelo Projeto Menstruação, USP; Etapa 4: projeção de dados referentes ao problema da pobreza menstrual a partir das informações descritas tanto no Relatório sobre pobreza menstrual no Brasil (2021), quanto no documento Recomendações (2023), produzido pela UNFPA.

No Evento 1, ficou novamente evidente a vergonha, principalmente, das estudantes em falar sobre a menstruação, reforçando o que Trazibachi (2017, p. 3) aponta para um tipo de emoção regulada por uma política sobre os corpos femininos. No início da conversa, os estudantes homens também não se sentiram confortáveis para falar sobre a menstruação. Fomos mostrando, então, que esse assunto atravessa muitas dimensões da nossa vida em sociedade: econômicas, culturais, infraestrutura, sustentabilidade ambiental, educação e saúde pública e coletiva. Muitos estudantes (meninos) aproveitaram a roda de conversa para tirar dúvidas sobre o uso dos vários tipos de tecnologias menstruais (absorventes internos, coletores e discos) e muitos deles se referiram às experiências com as namoradas e irmãs. É muito importante que os meninos (e os homens adultos) compreendam que a saúde menstrual não é exclusiva do feminino: não podemos nem devemos associá-la somente às meninas e mulheres cisgênero — nem todas as pessoas que performatizam o feminino menstruam (transmulheres, por exemplo). Além disso, meninos e homens cisgênero precisam entender sobre saúde menstrual, pois eles lidam cotidianamente com as múltiplas dimen-

sões que atravessam essa problemática sociocultural e política. Nessa roda de conversa, os meninos ressaltaram ainda a falta de informação como um grave obstáculo para diminuir as violências simbólicas e linguísticas sofridas pelas pessoas que menstruam. Resignificar o tabu e o estigma sobre o sangue menstrual, as cólicas durante o ciclo e a tensão pré-menstrual (TPM) foram pontos problematizados. A palavra “vida” foi citada na nuvem de palavras e chamou atenção, principalmente, dos meninos — e foi nesse momento que uma das alunas relacionou a menstruação com a saúde reprodutiva e a existência. Na atividade com a nuvem de palavras, muitos apontaram a falta de absorventes descartáveis, em função da alta taxação imposta para esse tipo de produto, um dos maiores causadores da pobreza menstrual, e reforçaram a necessidade e a importância da distribuição gratuita dos absorventes.

No dia 17 de novembro de 2023, realizamos a **Roda de Conversa II** sobre a relação entre a pobreza menstrual, insumos menstruais e o impacto no meio ambiente, com a mesma turma. Essa segunda roda de conversa também contou com as professoras de Geografia do IFB e uma especialista em gestão ambiental convidada pela coordenadora do projeto. No evento 2, sobre a relação entre a pobreza menstrual, tecnologias menstruais e o impacto no meio ambiente, foi planejada a sequência didática, a seguir: **Etapa 1:** projetamos dois vídeos curtos da National Geographic como parte de uma reportagem sobre os impactos gerados pelo descarte de absorventes de uso único (descartáveis) no meio ambiente. Reportagem: “Como os absorventes tornaram-se tão insustentáveis — Uma combinação de tecnologia e pressão social nos levou a produtos sanitários cheios de plástico. Existe uma solução melhor?”, escrita pela jornalista Alejandra Borunda, especialista em questões ambientais em sua intersecção com a saúde; **Etapa 2:** introduzimos essa temática com slides, a partir de duas perguntas provocadoras: a) “Como os absorventes tornaram-se tão insustentáveis?” e b) “Uma combinação de tecnologia e pressão social nos levou a produtos sanitários cheios de plástico. Existe uma solução melhor, mais sustentável?”. Debate provocado pelas bolsistas. **Etapa 3:** debatemos a combinação entre tecnologias, praticidade, um estilo de vida mais ágil e moderno, e a descartabilidade, além das questões culturais de estigma e vergonha/tabu, levaram ao uso de insumos menstruais descartáveis e plásticos. **Etapa 4:** perguntamos: “Quanto de plástico há em um absorvente?” com o uso da ferramenta Mentimeter. **Etapa 5:** apresentamos informações sobre a produção de lixo envolvendo o descarte de tecnologias descartáveis, que foi problematizado pela professora e pesquisadora em gestão ambiental.

A roda de conversa foi multidisciplinar, com a participação das professoras de Geografia e Linguagens do IFB e da especialista convidada. Esse evento de letramento teve como principais objetivos mostrar para os/as estudantes o impacto causado pelos absorventes descartáveis no meio ambiente e problematizar a pobreza menstrual em suas várias dimensões, inclusive na promoção da sustentabilidade socioambiental. Nossa sequência didática partiu da leitura de uma reportagem publicada no site da National Geographic, que serviu para contextualizar as relações entre o descarte

das tecnologias, o meio ambiente e a sustentabilidade, e teve duração de duas horas. As bolsistas do projeto mostraram, em linhas gerais, como a combinação entre tecnologias, praticidade, um estilo de vida mais ágil e moderno, e a descartabilidade, além das questões culturais de estigma e vergonha/tabu, levaram ao uso de tecnologias menstruais descartáveis e plásticos. Dessa provocação inicial, levamos os/as/es estudantes a refletirem sobre a produção de plásticos e seus efeitos no meio ambiente, considerando principalmente a composição das tecnologias descartáveis, deste a embalagem até a composição. Apresentamos os vários tipos de produtos, expostos nas mesas para que pudessem manuseá-los. A partir disso, perguntamos: “Quanto de plástico há em um absorvente?” e com a ferramenta Mentimeter, os/as/es estudantes enviaram suas respostas, que foram automaticamente calculadas pelo software em porcentagem, para gerarmos a nuvem de palavras. Usar o Mentimeter como ferramenta pedagógica permite a participação ativa des/dos/das estudantes, anonimamente, e possibilita que compartilhem o conhecimento em tempo real. A pergunta provocou curiosidade, muitos/as/es conversaram entre si, riram, e todas/os a responderam. Em seguida, as bolsistas apresentaram o resultado correto (a porcentagem de plástico) com informações científicas. Foi um momento bastante produtivo, no qual os/as/es estudantes participaram apontando as relações entre o vídeo, a amostra física dos produtos menstruais e suas embalagens plásticas, e problematizaram os impactos desses descartes no meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pobreza menstrual ultrapassa o imaginário sociocultural comum de que se trata de um problema exclusivamente causado pela falta de acesso aos insumos menstruais ou que se reduz a um problema feminino reprodutivo. No entanto, as leituras e as pesquisas sobre a temática mostraram que muitas dimensões atravessam tal problemática, incluindo a ausência de saneamento básico, banheiro, além de questões sociais como o machismo e o tabu em relação à liberdade e à consciência feminina sobre o próprio corpo.

Na legislação brasileira, a pobreza menstrual é oficialmente tratada a partir de 2019 com o Projeto de Lei nº 4968/2019 (Brasil, 2019), de autoria da Deputada Federal Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores (PT), transformado na Lei nº 14.214/2021 (Brasil, 2021). São essas investidas que ajudam a instituir o *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual*, implementado em 13 de junho de 2023 pela Portaria Interministerial nº 729 (Brasil, 2023), envolvendo os ministérios da Saúde, das Mulheres, da Educação, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Justiça e Segurança Pública, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O *Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual* promove o acesso a insumos de gestão menstrual. Especificamente, o Programa garantirá a distribuição de absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social, registradas no Cadastro Único

- CadÚnico do Governo Federal. O público-alvo do Programa são pessoas em situação de rua ou de pobreza, pessoas de famílias de baixa renda, matriculadas na rede pública de ensino (em qualquer modalidade de ensino, no âmbito estadual, municipal e federal) e pessoas que estejam cumprindo medidas socioeducativas ou que estejam no sistema penal. A distribuição gratuita de absorventes é realizada pelo Programa Farmácia Popular, do Sistema Único de Saúde (SUS).

De modo geral, a execução do projeto problematizou um conhecimento que, muitas vezes, não chega aos adolescentes, através dos conteúdos escolares. Durante a execução das atividades, foi possível perceber o interesse de meninos e meninas sobre o tema, pois participaram ativamente, expondo suas opiniões principalmente em relação à falta de acesso às tecnologias menstruais. Assustaram-se quando comentamos que pessoas menstruantes, em situação de vulnerabilidade, usam miolo de pão, folha de jornal, guardanapos, entre outros. Também mostramos aos estudantes que há também outras alternativas mais sustentáveis e menos agressivas à natureza para se cuidar do ciclo menstrual, e que era preciso pensar sobre os impactos do descarte das tecnologias menstruais no meio ambiente, principalmente as descartáveis. Das perguntas que fizemos aos/as estudantes tanto sobre o ciclo menstrual, a pobreza menstrual, como a composição plástica dos absorventes descartáveis, obtivemos respostas já previsivelmente esperadas, como por exemplo: “absorventes internos afetam a virgindade”, “menstruação não é assunto para homens”, “as mulheres ficam estressadas”, “menstruação é uma coisa nojenta”, “a diferença entre pessoas cis e pessoas trans”, “menstruação é assunto só de mulheres”. Todas as perguntas e dúvidas apresentadas pelos/as estudantes enriqueceram nossas atividades, porque nos levaram a pensar que para a elaboração e execução das próximas ações podemos destacar tais informações em nossas falas. As ações, como já foi dito, foram desenvolvidas por meio do instrumento das rodas de conversas, permitindo trocas dialógicas entre a equipe e os/as estudantes. As ações desenvolvidas nestes eventos realizados em 2023 possibilitaram a revisitação da proposta da sequência didática, principalmente em relação à curiosidade dos/as estudantes com a diversidade de tecnologias menstruais. Na ação que desenvolvemos este ano no Instituto Federal de Brasília – campus São Sebastião, foram realizadas duas atividades diferentes. Para introduzir o tema da menstruação, a sala foi dividida em grupos pequenos, para que eles/elas, usando o acróstico (MENSTRUACÃO), nos informassem quais as percepções e informações que tinham sobre esse fenômeno, após a realização da atividade, eles próprios propuseram mostrar aos outros colegas os acrósticos. Com relação à atividade das tecnologias menstruais, levamos todos os tipos e pedimos a eles /elas que fizessem experimentações com água (com tinta vermelha), para entenderem como os absorventes tanto descartáveis como reutilizáveis absorvem o líquido. A ideia era explicar os pontos positivos e negativos de cada tecnologia, mas percebemos que as próprias estudantes estavam fazendo isso e deixamos que elas assim o fizessem. Após a experimentação, eles deveriam escolher uma das tecnologias e escrever, em um cartão, os pontos positivos e negativos não só para a pessoa que irá usá-lo, mas também para o meio ambiente. Foi um momento de muita participação.

A menstruação é um problema paradoxal, como se pode observar. Geralmente compreendida como algo natural, relacionada à feminilidade, à reprodução e também à adolescência, mas também percebida como incômodo, impureza, sujeira, algo repugnante e patológico. Em *Menstruación decolonial*, Núria Calafell Sala (2020, p.2) afirma que a menstruação “está muy ligada al ámbito del parentesco, completamente privatizada y, por eso mismo, banalizada”. Todas essas maneiras de se explicar a saúde menstrual são atravessadas por perspectivas biomédicas, religiosas, patriarcais, mas é preciso dizer que esses discursos já estão sendo colocados em xeque e decolonizados por trabalhos de educação menstrual principalmente em espaços escolares através de atividades de letramentos em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este texto afirmando a necessidade de as escolas desenvolverem atividades de letramentos em educação menstrual em perspectiva decolonial, crítica e feminista para que tais temáticas acima apresentadas sejam ressignificadas. A negação (ou mesmo invisibilização) do valor político e público da menstruação gera poucas propostas (ou nenhuma) de políticas públicas adequadamente interseccionais, além de pouca informação sobre as tecnologias menstruais ofertadas pelo mercado. Os conhecimentos produzidos pelo Sistema-mundo moderno-colonial (Lugones, 2020; Maldonado-Torres, 2018) mantem os discursos sobre a menstruação a partir de saberes biomédicos, desconsiderando os conhecimentos ancestrais ou mesmo o ativismo feminista e sustentável sobre o sangue menstrual. Por fim, é preciso decolonizar a relação entre menstruação e gênero. Menstruar não é apenas do âmbito da cisgeneridade feminina, homens trans também menstruam, assim como pessoas não-binaries (GOMES, 2023b), assim que a menstruação não pode ser explicada, apenas, pelo viés da reprodução feminina.

REFERÊNCIAS

CHANDRA-MOULI, Venkatraman; PATEL, Sheila V. Mapping the Knowledge and Understanding of Menarche, Menstrual Hygiene and Menstrual Health Among Adolescent Girls in Low and Middle-Income Countries. In: BOBEL, Chris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. London: Palgrave Macmillan, 2020. p. 609- 636

GOMES, Maria Carmen Aires. Pobreza menstrual no Brasil: uma análise discursivo-crítica da cadeia de gêneros sobre o projeto de lei nº 4968, DE 2019. In: SARTIN, F; CABRAL, S. (Org.). **Discurso(s) e Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil**. 1ed.São Paulo: Mercado de Letras, 2023a, v. 1, p. 150-170.

GOMES, Maria Carmen Aires. Pobreza menstrual, discurso e identidade de gênero no contexto de pandemia COVID-19. **Discurso & Sociedad**, v. 17(3), p. 530-551, 2023b.

GOMES, Maria Carmen Aires; GONZALES, Carolina; DUTRA, Paula; GOMES, Ana Claudia; PEDROSA, Mayra. Pobreza/Dignidade Menstrual, Meio Ambiente e Ciência: Enredando o Caleidoscópio em Escolas do DF. In: LIMA, E.; BARRETO, L., FERREIRA, O. (Org.). **Mulheres e Meninas na Ciência**. 1ed. Brasília: LaSUS, FAU, 2024, v. 1, p. 12-20.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. **Letramentos**. Tradução: Petrilson Pinheiro. Campinas, SP, Editora Unicamp, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B. (org.) Pensamento feminista de hoje. **Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.52-83.

MAGALHÃES, Izabel; SILVA, Kenia; ARGENTA, Julia; PEREIRA, Rebeca. **Language, Literacy, and Health: discourse in Brazil's National Health System**. Lamham: Lexington Books, 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico** / organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinarietà y decolonialidad. **Quaderna**, 2016. <https://quaderna.org/wp-content/uploads/2016/01/pdf-NMTORRES.pdf>

MENEGOTTO, Janaína. Experiências menstruais de meninas adolescentes da periferia de porto alegre. **Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS**, 2022. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10768>

REA, Aurora Isabel Macías. **Ecofeminismos: prácticas, discursos y experiencias en torno a las alternativas menstruales, desde el Área Metropolitana de Guadalajara, 2019**. Universidad de Guadalajara Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativas. https://www.academia.edu/40122020/ECOFEMINISMOS_TESIS

SALA, Núria Calafell. Menstruação decolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n157907. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n157907>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UNFPA/UNICEF. Relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil. **Desigualdades e violações de Direitos**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maior2021.pdf. Acesso em: 15/02/2022.

UNFPA/UNICEF. **Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual.** file:///C:/Users/Usuario/Documents/POBREZA%20MENSTRUAL/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. 2023

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos. In C.Walsh, **Pedagogias decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir.** TOMO I. (pp. 23-68). Quito-Ecuador: Abya Yala, 2013.